

# **AS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES DE TERRA NAS ÁREAS DA EX-USINA DE CANA-DE-AÇÚCAR ARIADNÓPOLIS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO DO MEIO-MG: A HISTÓRIA DOS ACAMPAMENTOS GIRASSOL E VITÓRIA DA CONQUISTA.**

Alex Cristiano de Souza<sup>1</sup>

Arthur Rodrigues Lourenço<sup>2</sup>

## **Introdução**

A histórica concentração da propriedade fundiária no Brasil sempre foi um grande entrave ao desenvolvimento econômico e social de grande parte da população rural e urbana de nosso país. A história do Brasil surge, com ela a luta pela terra, são cinco séculos de conflitos que, embora tenham tido diferentes facetas, sempre tiveram os mesmos atores: o Estado e o capital expropriando e massacrando, de um lado, e do outro, os expropriados, resistindo, espacializando e territorializando a negação da submissão imposta pelo capital. Circunstâncias econômicas, sociais e políticas que remontam desde a invasão portuguesa sobre nosso território até os dias de hoje, fazem da luta pela terra um tema importante que dever ser debatido, não só na academia, mas por toda a sociedade. Afinal, como muito bem assinala Andrade (1980, p. 74) o monopólio da terra sempre foi um importante fator que engendra a desigualdade e conflitos.

O sistema de posse e uso da terra foi sempre, desde o período colonial, um motivo de tensões e lutas no meio rural brasileiro. A formação de classes, profundamente antagonizadas face à concentração da renda e à diferença entre os níveis de poder, provocou, durante quase cinco séculos de colonização, atritos e lutas, ora sob a forma individual, entre senhor e escravo, entre proprietário e trabalhador, ora entre grupos sociais antagônicos, formados pelos proprietários de um lado e trabalhadores de outro.

Os fenômenos sociais que ocorrem no espaço e no tempo são a materialização das contradições engendradas pelo modo de produção. E não há contradição mais exemplar que a existente no campo brasileiro. A realidade agrária de nosso país

comporta em seu seio o moderno e o atrasado – materializados pelo agronegócio e o latifúndio atrasado – e milhões de trabalhadoras rurais sem terra, que estão debaixo da lona preta, sob condições adversas, vulneráveis às ações ignominiosas do latifúndio e do Estado, sob a égide do capital, que forjou o espaço agrário brasileiro cheio de contradições inerentes ao seu próprio desenvolvimento. A luta pela terra, levada à cabo por trabalhadores sedentos por terra e justiça, é o marco da desigualdade que predomina no campo brasileiro.

Este trabalho pretende registrar a luta pela terra materializada pelos acampamentos *Girassol* e *Vitória da Conquista*, nas terras da ex-usina de cana-de-açúcar Ariadnópolis, no município de Campo do Meio, na mesorregião Sul - Sudoeste de Minas Gerais. Através de relatos históricos de acampados, sobre fatos que ocorreram nesses últimos 12 anos, iremos descrever a trajetória de luta, a história desses dois acampamentos que deram início ao processo de espacialização e territorialização da luta pela terra em Campo do Meio.

A ex-usina de cana-de-açúcar Ariadnópolis foi a falência em 1993, deixando uma área de 6 mil hectares de terras, e uma dívida que extrapola os 317 milhões de reais em dívidas fiscais, além de 5 milhões em dívidas trabalhistas. Os conflitos agrários no município de Campo do Meio (MG) é um fenômeno de grande relevância social para a região, sobretudo quando se sabe que, quatro empresários-especuladores - os donos da ex-usina- tem 60% das terras de um município que conta atualmente com sete acampamentos que abrigam mais de 200 famílias.

Em maio de 2009 ocorreu um despejo que comoveu a população local, 98 famílias acampadas foram despejadas. Não é necessário narrar as atrocidades cometidas pelos policiais, pois sabemos a maneira que os movimentos sociais em busca de direitos que a constituição garante são tratados no Brasil. Embora a ordem de despejo fosse para um acampamento, o Tiradentes, arbitrariamente o 24º BPM-MG (Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais), cumprindo “ordens” da Vara Agrária Estadual, expulsou famílias de outros 3 acampamentos: Irmã Doroty, Sidney Dias e Rosa Luxemburgo.

Após esse fato que causou grande impacto na população de Campo do Meio e de todo o sul de Minas, os conflitos agrários nas terras da usina falida foram, pela primeira vez, “expostos” à sociedade. Era do conhecimento da população local a existência do

assentamento Primeiro do Sul e dos acampamentos nas terras da ex-usina, mas, a dimensão desses conflitos agrários que já se arrastavam, alguns há onze anos, era do conhecimento de poucos. Para a execução dessa ação, foi utilizado um “aparato de guerra”: 200 soldados da Polícia Militar, viaturas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros 4 cães, 12 cavalos, 1 helicóptero e artilharia pesada, além de cerca de 1.800 sacas de feijão que estavam para ser colhidas (EMATER, 2009) e foram destruídas por um trator fornecido pela prefeitura. Diante desse fato, consideramos a pertinência de registrar a história dos dois primeiros acampamentos que deram início ao emblemático conflito de terras em Campo do Meio.

Para a realização deste trabalho utilizaremos como metodologia, o levantamento e revisão bibliográfica de obras que tratam da questão agrária do Brasil e de Minas Gerais, a coleta de dados primários, que pretendemos obter através de informações fornecidas pelos acampados e demais envolvidos no conflito e dados secundários, que serão obtidos através da aplicação de questionários semi-estruturados junto às famílias acampadas, lideranças locais dos sem terra e políticos que apóiam a luta dos acampados, além de relatos históricos de acampados que estiveram presentes nas primeiras ocupações, buscando caracterizá-los em seus aspectos sociais, econômicos e políticos.

## **O Contexto da questão agrária do Brasil e em Minas Gerais**

O fenômeno social da luta pela terra presente em todo o território brasileiro se manifesta no espaço e no tempo com características próprias de cada região, resultado das diferentes formas de ocupação do território e organização espacial, dos fatores econômicos e sociais definidos pelo desenvolvimento do capital.

A estrutura agrária brasileira é caracterizada pela concentração fundiária, ou seja, o Brasil, o quinto país do mundo em população e extensão territorial, não tem suas terras distribuídas de forma equitativa. O censo agropecuário de 2006 nos mostra que as grandes propriedades rurais com mais 1 mil hectares concentram 43% dos 329.941.393 hectares da área total de estabelecimentos agropecuários, enquanto as pequenas propriedades com menos de 10 hectares ocupam apenas 2,7% desse total.

Sobre o quadro da estrutura fundiária brasileira vale mencionar que as grandes propriedades que concentram a terra dedicam-se exclusivamente à pecuária e ao agronegócio, que não trazem grandes retornos à sociedade em geral, visto que a

produção em sua grande maioria é voltada à exportação e emprega pouca mão-de-obra. Já a agricultura camponesa, baseada no trabalho familiar, que produz os alimentos básicos que abastecem o mercado interno, garante a subsistência e a fonte de renda da grande maioria da população do campo brasileiro.

A luta pela terra é um dos mais emblemáticos problemas do campo brasileiro, um dos principais elementos da questão agrária do país, que para Fernandes (2001, p. 10) é “um elemento estrutural do capitalismo”.

A concentração da propriedade fundiária tem vários desdobramentos, sendo o mais perverso a inacessibilidade à terra para milhões de trabalhadores rurais sem terra. Os latifundiários e os trabalhadores rurais assalariados, pequenos proprietários ou sem terra, são os principais atores sociais da luta pela terra. Estão envolvidos numa relação de poder que tem o Estado como principal mantenedor da hegemonia econômica e política dos primeiros sobre os segundos. Para Prado Júnior (2007, p.22) a utilização da terra por esses atores têm objetivos bem diferentes

Os grandes proprietários e fazendeiros, lavradores embora, são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização da terra constitui um negócio como outro qualquer – ainda teremos a ocasião de considerar esse aspecto característico e da maior significação, da economia agrária brasileira. Do outro lado, para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível.

Os aspectos importantes que engendram da luta pela terra são resultados dos avanços das relações capitalistas de produção sobre o campo de forma desigual e contraditória. O desenvolvimento da produção agropecuária e as formas de resistência dos trabalhadores contra a total sujeição da renda da terra ao capital são os elementos centrais da luta pela terra, de modo que na medida em que o primeiro elemento vai se constituindo no espaço o segundo vai se consolidando no tempo (FERNANDES, 2001).

Contudo, a luta pela terra não é um elemento novo na questão agrária brasileira, para Oliveira (1989, p. 15), “os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são exclusividade de nossos tempos”. Se a luta pela terra não é um elemento novo de nossa história, é porque a propriedade fundiária, a posse da terra, vem sendo monopolizada

historicamente, os índios viram suas terras serem açambarcadas pelos portugueses que, a partir desse momento, iniciaram a formação do monopólio da terra que perdura e faz perdurar os conflitos por terras.

A luta pela terra ocorre quando em um mesmo território há situações contraditórias, há diferentes interesses na exploração da terra, quando atores sociais entram em conflito. A compreensão da luta pela terra é a compreensão da evolução de todas as modificações causadas pela inserção do capitalismo no campo, as novas facetas e os elementos que surgem e ressurgem, criando e recriando situações embasadas na relação capital-trabalho.

Um dos grandes objetivos de quem luta pela terra é acabar com o latifúndio, é a existência desse problema crônico que atinge não só o campo mas também a cidade que faz da luta pela terra uma questão de grande relevância social. Portanto, por ser um sinal de resistência contra a dominação e exploração, quem luta pela terra luta contra o latifúndio, que, segundo Andrade (1980, p. 59), é “um agente de expulsão da população rural para as cidades”. O latifúndio sempre dominou a estrutura fundiária brasileira, embora ao longo do tempo as vias de acesso à terra tenha se modificado, o latifúndio foi preservado. Sobre o latifúndio no Brasil, o citado autor aponta que “o Brasil é um dos países do mundo cuja estrutura fundiária se caracteriza pelo domínio absoluto da grande propriedade subexplorada, do latifúndio” (ANDRADE, 1980, p. 23).

Contudo, é a realização da reforma agrária o objetivo comum de quem luta pela terra. A reforma agrária é definida por Veiga (1990, p. 7) como “a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola”. Mas, a estrutura agrária do país sofreu poucas alterações, desde a promulgação da Lei de Terras em 1850, é ainda extremamente concentrada e essa situação tem gerado inúmeros conflitos agrários no país.

Para Fernandes (2001), esses fatos fazem das ocupações de terra a principal ação da luta pela terra, de forma que sem a ocupação de latifúndios, luta e resistência a realização da reforma agrária não passará de uma quimera. Sobre a vontade política na realização da reforma agrária, Wanderley et al (1979, p. 40). argumenta que

Não são razões econômicas que tornam a reforma agrária inviável, porém, razões eminentemente políticas, que se traduzem no

pressuposto da propriedade fundiária para o acesso aos benefícios das políticas , definidas, precisamente, para garantir a dominação indireta do capital na agricultura brasileira.

Dessa forma, a não realização da reforma agrária, intensifica a luta pela terra, por meio das ocupações, fazendo com que o governo tome medidas como a realização de uma política de assentamentos rurais (FERNANDES, 2001). O autor argumenta que não há vontade política na realização de uma reforma agrária que venha a modificar, a romper o fulcro da atual estrutura agrária do país, os interesses políticos em impedir o acesso à terra para quem quer nela trabalhar e produzir são maiores que a vontade de milhões de trabalhadores. Por esses motivos, os milhares de assentamentos existentes no país são

[...] muito mais fruto da luta pela terra construída pelos trabalhadores e não somente de políticas de governo. A competência do governo em implantá-los não lhe dá o mérito como protagonista do processo, mas é sim o reconhecimento de uma realidade que o tem insistido em negar (FERNANDES, 2001, p.18).

A opção pelas ocupações de terra como forma de chamar a atenção do poder público vem mostrando a capacidade dos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de contestar o *status quo* definido pela lógica do capital, promovendo o enfrentamento político em defesa dos trabalhadores (OLIVEIRA; ALMEIDA s/d, p.3). Por se tratar de enfrentamento político, as ocupações de terra, que expõem as injustiças praticadas historicamente no campo brasileiro, o Estado vem reagindo as ocupações de terra com enorme repressão, criando projetos que implicam, segundo Fernandes (2001, p. 17 ), “em tentar acabar com as ocupações por meio da criminalização dessa ação com a judicialização da luta pela reforma agrária”.

A realidade agrária em Minas Gerais não difere do restante do país. Nas últimas duas décadas a concentração de terras cresceu, é o que nos mostra o Índice de Gini, que é uma medida estatística que mede o grau de concentração da propriedade da terra. Em 1985 o índice de Minas Gerais era de 0,770 ao passo que em 2006 era de 0,795, lembrando que o número 1,000 representa o monopólio total da terra e 0,000 representa

a distribuição igualitária da terra (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). A intensificação da concentração de terras é, via de regra, acompanhada do aumento do número de trabalhadores rurais expropriados de suas terras, fenômeno que vem crescendo no Brasil desde a década de 1960 devido ao modelo de desenvolvimento agropecuário vigente desde então.

O espaço agrário de Minas Gerais foi se constituindo a partir do desenvolvimento da agropecuária voltada ao mercado interno, para abastecer os complexos mineradores que se instalaram na época da exploração aurífera, que utilizavam tanto a força de trabalho escrava como camponesa. Com o intento de diminuir os gastos com os escravos, os grandes proprietários passaram a conceder-lhes terras para que os mesmos pudessem se auto-sustentar. Os camponeses que juntamente com os escravos compunham a mão-de-obra também recebiam terras, sendo essa uma forma dos grandes proprietários exercerem controle sobre esses trabalhadores, através do monopólio do produto do trabalho camponês, extraindo ganhos no processo de comercialização, proporcionando aos grandes proprietários a renda da terra. Além disso, esses camponeses formavam “currais eleitorais”, para a manutenção da força política e forte poder de barganha dos grandes proprietários (ÁVILA, 1999).

Ao se consolidar, a produção camponesa passa a abastecer o mercado interno, se tornando a principal fonte de alimentos básicos. Entretanto, o processo de modernização agrícola vivenciado a partir da década de 1960 atinge Minas Gerais, causando a intensificação da concentração da propriedade fundiária, sobretudo, no período entre 1970 e 1980, quando o Estado passa a conceder subsídios e incentivos fiscais aos grandes produtores. Isso fez com que houvesse uma valorização do preço da terra, transformando-a em mercadoria, levando à concentração fundiária e expropriação dos camponeses de suas terras (ÁVILLA, 1999).

Com esse processo de expropriação e exclusão a luta pela terra foi intensificada por esses trabalhadores, o que fez com que o governo militar elaborasse políticas de reforma agrária como o Estatuto da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária. Contudo, essas políticas não foram realizadas e a intensificação da expropriação e exploração fez crescer a luta e a resistência (FERNANDES, 2001).

Com a não realização da reforma agrária, a luta pela terra vem se espacializando e territorializando pelo país, tanto que em 1996 foi criado pelo Governo Federal o

Ministério Extraordinário de Política Fundiária, como forma de agilizar o processo de criação de Projetos de Assentamentos (PA's), por meio da ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse contexto, houve um significativo crescimento de criação de assentamentos rurais em todo o país, hoje existem no Brasil 7.800 PA's, em Minas Gerais são 256, nos quais vivem 14,9 mil famílias de agricultores camponeses (SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA EM MINAS GERAIS, 2010). Entretanto, a implantação de PA's no estado só ocorreu nas áreas de intensos conflitos.

Com o crescimento da luta e resistência vem crescendo também o número de mortos em conflitos de terras e Minas Gerais foi o palco do último massacre contra sem terras. Em 2004 na cidade de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, pistoleiros armados atacaram o acampamento Terra Prometida, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assassinando 5 trabalhadores e deixando 20 gravemente feridos, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2007).

Por outro lado, o sul de Minas Gerais é a mesorregião onde há menos ocorrência de conflitos no campo, bem como de assentamentos rurais. Isto devido as características da estrutura fundiária da região, onde dominam as pequenas propriedades não havendo grandes latifúndios.

### **A Luta pela Terra no município de Campo do Meio (MG): A História dos acampamentos Girassol e Vitória da Conquista**

A luta pela terra no sul de Minas teve início no ano de 1995 quando 50 famílias ocuparam as terras da antiga Fazenda Jatobá, no município de Campo do Meio. Essa ocupação, a primeira no sul de Minas Gerais, culminou na formação do Assentamento Primeiro do Sul, em 1998. Vale ressaltar que esse processo de implantação não foi longo – como ocorre na maioria dos casos –, pois havia interesses dos antigos proprietários da fazenda na desapropriação e destinação de suas terras para fins de reforma agrária, considerando que a área estava em processo de arrematação para saldo de dívidas dos proprietários com o Banco do Brasil (VALE; LOURENÇO; LUCAS, 2009).

A segunda etapa de ocupação ocorreu em 30 de março de 1998, com a participação de 150 famílias em uma área de 300 hectares, nas terras da falida usina



Ariadnópolis, dando início a um dos mais emblemáticos conflitos de terras de Minas Gerais. Surgia, assim, o acampamento *Girassol*. No primeiro ano de acampamento as famílias sentiram na pele o preço que se paga por não aceitarem as condições impostas pelo capital – submissão e exploração – e partirem para o enfrentamento político. Às vésperas do Natal do ano de 1998, as famílias que estavam produzindo em terras onde antes havia apenas o latifúndio, receberam uma “visita” já esperada: a polícia. Cumprindo um mandato de reintegração de posse expedido pela vara agrária estadual os policiais atuaram de forma truculenta, destruindo as plantações e, na impossibilidade de resistirem, as famílias foram obrigadas a se deslocarem para o assentamento Primeiro do Sul. Após o ocorrido, o acampamento perdeu 80 famílias, que foram embora por se sentirem intimidadas, traumatizadas pela ação repressiva. Uma das acampadas, a senhora Sueli, que estava presente nessa truculenta ação promovida pelo Estado-latifúndio nos conta que:

plantamos as primeiras lavouras: arroz, feijão, milho, batata doce, amendoim, e depois o prefeito municipal de Campo do Meio, Alderi José Machado, mandou a polícia vim com trator e tudo e passar em cima das plantações destruindo tudo, foi um choque pra nós, porque não tínhamos este costume. Nós choramos muito, as crianças passaram mal...

O Senhor Manoel que também esteve presente no trágico despejo relata:

ali também foi muito triste, a gente já tinha construído barraquinha e as lonas rasgaram todas e a gente não tinha outras lonas pra construir outros barracos e nos ficamos vindo da casa da cidade até que nós construímos outro barraquinho lá e deste tempo pró nós começamos a plantar.

O sul de Minas têm uma peculiaridade em relação a repressão aos camponeses, diferentemente de outras regiões onde há a presença de pistoleiros, capangas e jagunços às ordens do latifúndio, no sul do estado, a região do café, que tem sua estrutura fundiária caracterizada por pequenas propriedades, o judiciário cumpre tais papéis, como assinala Sebastião Marques, liderança regional do MST:

O grande agricultor do café, eles têm muita disputa entre eles, eles não tem unidade entre eles. Na pecuária tem uma unidade muito grande

entre os pecuaristas. Eles conseguem colocar o próprio trabalhador pra vigiar as propriedades, fazer os embates, eles mesmo vai pro enfrentamento... E do café é diferente, do café eles tem o judiciário pra fazer isso pra eles, eles mesmo não fazem.

As famílias acampadas sabiam que ao cortarem as cercas do latifúndio e fincarem no chão a bandeira da luta pela terra, ao não aceitarem a submissão e a exploração, teriam como inimigo não apenas o latifundiário, teriam também o Estado, que nunca deixou de atender aos interesses da elite agrária brasileira. Dentre os atores sociais envolvidos na luta pela terra, é o Estado que desempenha uma das ações mais eficazes, não de mediador, como muitos dizem ser, da luta de classes entre o campesinato e a burguesia rural – hoje em dia agrária-industrial –, mas como inimigo dos que lutam pela terra, pois, as ações do Estado não visam a resolução da questão agrária. “A posição do Estado tem sido buscar a desarticulação dos movimentos. Quer pela ação repressiva, quer pela sumária ignorância dos acontecimentos, o Estado tem atuado de modo a tentar conter seus avanços” (OLIVEIRA , 1989, p. 55)

Mas, passado alguns meses, através de uma articulação feita entre o MST e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), algumas das famílias que haviam ido embora do acampamento *Girassol* voltaram a Campo do Meio e ocuparam uma área de 300 hectares, formando o segundo acampamento nas áreas da usina Ariadnópolis, o acampamento *Vitória da Conquista*.

A formação desses dois acampamentos deu início a um conflito de terras que se arrasta até hoje, em uma região que não tinha um histórico de conflitos agrários. Os acampamentos *Girassol* e *Vitória da Conquista* fazem um importante papel de espacialização e territorialização do MST na região, processo iniciado a partir da formação do Assentamento Primeiro do Sul. Para Fernandes (2001, p.7), a implantação de um assentamento é um marco no processo de territorialização “na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e exploração”, além de ser um ponto de apoio para os acampados, que não raramente trabalham em lotes de assentados como diaristas e nas várias formas de meação e, sobretudo, como local de refúgio, quando são despejados, vítimas da repressão imposta pelo Estado contra quem luta pela terra, o assentamento é um território que expressa a conquista da terra através da luta e resistência.

Sabendo que a constituição da grande maioria dos assentamentos rurais no Brasil se deu a partir da luta dos trabalhadores rurais sem terra, da pressão desses trabalhadores que resistiram a processos de expropriação, expulsão e exclusão, e que a ocupação de terra tem se tornado uma importante forma de acesso à terra, novos acampamentos surgiram nas terras da falida usina, consolidando a territorialização da luta pela terra na região.

O ano de 2002 foi um marco na luta pela terra na região, uma vez que ocorreram 5 ocupações nas terras da ex-usina Ariadnópolis que culminaram na formação de mais 5 acampamentos: *Tiradentes*, *Herbert de Souza* (Betinho), *Fome Zero*, *Resistência* e *Chico Mendes*. É importante mencionar que nesse mesmo ano houve uma ocupação de grande importância para a territorialização da luta pela terra no Sul de Minas Gerais, no município de Guapé, onde 105 famílias ocuparam uma área de 5.000 hectares de uma falida usina de cana-de-açúcar – Usina Passos Maia –, formando o acampamento Santos Dias. Atualmente ele é considerado um pré-assentamento, ou seja, o Santos Dias está em vias de se tornar um assentamento de trabalhadores rurais definitivo.

Posteriormente, em 2005, trinta famílias ocuparam uma área de 200 hectares, formando o acampamento *Irmã Dorothy*. Em 2006, surge mais um acampamento nas áreas da usina falida: o *Sydney Dias*, cerca de quarenta famílias fizeram parte da ocupação de uma área de 300 hectares.

Na figura 2 podemos visualizar como se deu a espacialização e territorialização da luta pela terra nas áreas da ex-usina Ariadnópolis, bem como a localização do assentamento Primeiro do Sul.



**Figura 2:** Localização dos 8 acampamentos e do assentamento Primeiro do Sul no município de Campo do Meio (MG).

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Campo do Meio (MG), 2006.

O acampamento *Girassol* é de fundamental importância para a resistência camponesa na área da ex-usina, pois representa a luta de milhões de trabalhadores brasileiros embrenhados no processo de luta pela terra. Há 12 anos debaixo de lonas pretas e sem energia elétrica, ou seja, de várias adversidades, as famílias acampadas que já sofreram a brutalidade promovida pelo Latifúndio-Estado a mando do capital, permanecem, pois sabem que só através da luta e da resistência é possível vislumbrar um futuro melhor.

Este acampamento, embora não conte com nenhum tipo de assistência técnica, hoje conta com 21 famílias produzindo arroz, feijão, milho, batata doce, amendoim e mandioca, o suficiente para o auto-consumo, restando ainda um excedente direcionado a comercialização, como observado pelo relato de Luciano, um ex-acampado, atualmente assentado no Primeiro do Sul:

A maioria plantava pro sustento e o que sobrava vendia pra complementar as outras coisas como óleo, açúcar, sal, as coisas que a gente não produzia dentro do acampamento. Milho, feijão, mandioca, amendoim a gente vendia. O que nós não ia usar a gente vendia, vendia pra um, pra outro, vendia amendoim de litro...

A figura três mostra a plantação de feijão no acampamento Girassol.



**Figura 3:** Plantação de feijão no acampamento Girassol

**Autor:** Alex Cristiano de Souza

Embora no sul de Minas a concentração fundiária não seja tão grande como no norte do Estado, o monocultivo do café e da cana-de-açúcar, que servem ao agronegócio, “atraem” trabalhadores de diferentes regiões, e devido a situação econômica a qual são submetidos, dificilmente voltam para sua região de origem. O relato de um acampado nos mostra essa realidade vivida por trabalhadores migrantes

E tem muitas famílias que veio pra corta cana, os pernambucanos mesmo vieram pra cortar cana, tem também o pessoal do norte de minas, de Brasília de Minas, de Coração de Jesus, de Montes Claros. Veiram pro corte de cana e permanecem aqui até hoje. São poucos que voltaram pra traz.

Ainda durante o primeiro ano de acampamento, em 1998, o *Girassol* foi “dividido” devido a divergências políticas entre os acampados. Uma parte permaneceu – e segue até os dias atuais – e outra parte fundou o acampamento *Vitória da Conquista*. Segundo relato de Maria da Graça, que na época presenciou e relatou toda a articulação:

[...] Além das entidades, sindicato da CUT, dos trabalhadores rurais de Varginha e Campo do Meio – inclusive eu faço parte deste – Paraguaçu, Alfenas e FETAEMG no início combinava as intenções, mas depois eles atrapalharam a gente – MST –. Se não fosse a FETAEMG já tinha saído as terras da usina. Na verdade ela –

FETAEMG – não puxa pro lado dos pobres, ela puxa pro lado dos ricos. Eu cansava de explicar isso pro povo, mas eles não entendiam. E agora caiu a ficha de que a realidade é esta. Tinha uma turma aí que cobrava dez reais por mês dos acampados dizendo que era pra arrendar trator, mas na realidade estava fortalecendo a FETAEMG. E quando ela viu que os fazendeiros estavam com mais força, eles foram embora. Agora aquele povo que já tinha aqueles lotes, você pode olhar que já tem as medidas lá, do lado de lá do Varjão, lá onde tem soja, ali tinha as famílias que cuidava daquilo ali. Eles pagavam 10 reais por mês pra FETAEMG e quando eles viram que os fazendeiros daqui - o Rodriguinho e os outros iam tomar conta de tudo - a FETAEMG foi embora e deixou o povo aqui sem nada, o povo ficou desamparado aí e se uniu com o MST.

Esta divergência entre o MST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais – FETAEMG- merece uma explicação. Quando ocorreu o despejo do *Girassol* a maioria das famílias despejadas retornaram após alguns meses, e fundaram o *Vitória da Conquista*. Permaneceram no *Girassol* cerca de 15 famílias após o despejo, elas foram convidadas a compor o novo acampamento, mas preferiram ficar nas terras ocupadas pelo *Girassol*. Sabendo da divergência entre os trabalhadores, e que o *Vitória da Conquista*, vinculado ao MST, era um novo foco de resistência, os representantes da usina falida e aliados políticos inimigos dos acampados, não tardaram, articularam com a FETAEMG de Alfenas, que passou a fornecer cestas básicas aos trabalhadores acampados no *Girassol* Por carregarem consigo a sina dos desassistidos pelo Estado, uma cesta básica e várias mentiras eram o bastante para seduzirem esses trabalhadores. Logo, a intriga provocada pelos que querem que o povo permaneça em condições de submissão e exploração, foi percebida pelas famílias que formaram o *Vitória da Conquista* e os dois acampamentos ficaram “separados” politicamente por onze anos. Embora todos sejam trabalhadores, os objetivos dos acampamentos eram diferentes. Foi necessário o despejo de maio de 2009 para os acampados da FETAEMG se desvincularem da direção oportunista e inimiga da luta pela terra e compreenderem que eles eram apenas massa de manobra dos políticos locais que desejavam a extinção dos acampamentos vinculados pelo MST. Atualmente, os três acampamentos que eram vinculados a FETAEMG estão sob a coordenação do MST. A FETAEMG Sul de Minas, foi rechaçada pelos trabalhadores sem terra acampados nas terras da falida usina.

Ainda sobre a divergência política entre o MST e a FETAEMG, Maria da Graça acrescenta:

E outubro houve um racha e dividiu o acampamento em dois, o povo Girassol ficou lá mesmo e a turma do MST foi pro Vitória da Conquista, o qual eu morei por cinco anos. A dona juvelina, o seu Manoel, o Bigode, o Luciano, a Sueli, o Geraldinho, eram ao todo 28 famílias...

O acampamento *Vitória da Conquista* está em uma área de 150 hectares, entre indas e vindas, conta hoje com 36 família.

Assim como em outros tantos casos, o acampamento *Vitória da Conquista* se tornou alvo de ataque dos agentes do Latifúndio-Estado-Capital, que cumprindo “ordens”, invadia os barracos alegando estarem a procuras de pessoas que cometeram delitos na cidade, sobre esse assunto, obtivemos a seguinte fala de Matuzalém:

No Vitória da Conquista, a polícia foi vistoriar as nossas casas, olhar o que que a gente tinha, porque roubaram em algum lugar e, pra eles todo o roubo no município era causado pelo povo do MST, eramos acusados de roubo, enquanto os verdadeiros ladrões estão na cidade, nós sem terra não somos ladrões, nos queremos a terra para trabalhar, para plantar. E eles foram dentro da minha casa fazer uma análise e analisaram os barracos de vários companheiros que estava na roça trabalhando, e eles iam nas casas onde só tinha crianças que é bicho bobo, e iam entrando, e depois ficamos sabendo da lei que tinha que eles só poderiam entrar dentro de uma casa até as 5 horas e depois da 5 não poderiam mais, só que a noite eles não foram lá mais...

Seguindo a lógica dos que lutam pela terra e a tradição camponesa, os acampados cultivam arroz, feijão, milho, mandioca, amendoim e batata doce, além de manterem pequenas criações de porcos, galinhas e gado.

Há uma grande peculiaridade neste acampamento: parte significativa dos acampados, são oriundos da região de Campinas, da cidade de Hotolândia, Sumaré e Americana. “*Inclusive eu vim pra cá na época do plantio de cana, da colheita forte de café, porque a usina produzia cana e café*”, nos diz uma acampada que veio para a

região do Sul de Minas em busca de emprego, no corte da cana-de-acúcar ou na panha do café.

Vale ainda ressaltar o papel desempenhado por políticos da região que apoiam a luta pela terra. Camilo Lelis, vereador de Campo do Meio manifesta apoio aos acampados, desde sua participação política na Câmara dos Vereadores de Campo do Meio, até participações em ações políticas nos acampamentos. Lelis fala um pouco de uma das maiores brutalidades e injustiças já acontecidas nas áreas da usina falida:

18 de maio de 2009 era o limite pra gente, pros companheiros, saírem de seus barracos pois ia acontecer a reintegração de posse do acampamento Tiradentes. Eu estava na cidade e estava vindo acompanhar o despejo daqui do acampamento. Lá em baixo havia um primeiro batalhão da polícia entrincheirando todo mundo que tentava subir pros acampamentos, mas eles não deixaram ninguém entrar. [...] A ordem de despejo era apenas para o acampamento Tiradentes, mas outros três acampamentos acabaram 'caindo' com ele.

A história da usina se confunde com a do município de Campo do Meio, o português Manoel Alves de Azevedo, fundador da cidade, foi também o fundador da usina, criada em 1908. A Ariadnópolis viveu seu auge na década de 1970, quando em 1975 foi criado pelo governo militar o Programa Nacional do Álcool (Pró-álcool) recebendo fortes incentivos governamentais. A partir do final da década de 1980 a usina entrou em crise geral e em 1990 foi vendida, entrando em processo de falência em 1993, processo concluído em 1996.

## **Considerações Finais**

O conflito de terras existente nas áreas da falida usina Ariadnópolis é um dos mais emblemáticos de Minas Gerais, isso porque os proprietários da usina falida têm um grande poder político no âmbito regional e estadual.

Os acampamentos *Girassol* e *Vitória da Conquista*, os primeiros a fincarem a bandeira da luta pela terra no latifúndio da ex-usina, representam a luta vivida por



milhões de brasileiros sem terra que estão a denunciar à sociedade as injustiças que marcam o campo brasileiro.

Atualmente, 57 famílias compõe os dois acampamentos, e provavelmente este número irá almentar, já que, com o surgimento do acampamento Nova Conquista em agosto de 2009, quando 31 famílias acuparam uma área de 300 hectares do latifúndio da antiga usina, as 98 famílias despejadas em maio de 2009 estão voltando a Campo do Meio.

As famílias despejadas sabem que o único caminho para a conquista da terra é através da luta, resistência e enfrentamento político. Contra todas as adversidades produzidas pela ação do Latifúndio-Estado-Capital os campados continuam a produzir alimentos que além de garantir a subsistência ajudam a abastecer o mercado de Campo do Meio.

Vale ainda ressaltar o excelente trabalho de reflorestamento feito nas encostas voltadas para o acampamento *Vitória da Conquista*. Estas áreas foram degradadas por incêndio criminoso, realizado por capangas dos donos da usina falida, provocados com o intuito de culparem os acampados, tentando denegrir os acampados frente à opinião pública.

Dona Juvelina aos 72 anos, acampada há 12 anos junto com seu marido Manoel, nos mostram o caráter legítimo e democrático da luta pela terra no Brasil, que sofre com os ataques funestros da classe dominante de nosso país, sobretudo pelo monopólio da mídia. Emocionada, lembra de toda sua história na luta pela terra nestes 12 anos de acampada e diz:

eu dou graças a Deus todos os dias por mim ter o que comer, por eu poder oferecer o café preto pra quem vai na minha casa, dar amendoim pra todo mundo que vai lá em casa e agradeço a Deus também por todos os companheiros que eu tenho nesse caminho bonito que Deus me deu de quem quer reforma agrária pra todo mundo ter o que comer na mesa porque a gente vê muitas pessoas passando fome nas ruas da cidade eu acho isso muito triste, porque com a reforma agrária isso ia acabar.

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (MG), endereço eletrônico: [lecaocristiano@yahoo.com.br](mailto:lecaocristiano@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (MG), endereço eletrônico: [madrugarockets@hotmail.com](mailto:madrugarockets@hotmail.com)

## Referências

ANDRADE. M.C. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ÁVILA, R. V. **A viabilidade econômica da reforma agrária em Minas Gerais**. 1999. Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: [gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/avila99.pdf](http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/avila99.pdf).

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 23. Washington/DC, 2001. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes\\_ocupacao.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf). Acesso em 30/03/2010.

\_\_\_\_\_. A questão agrária no limiar do século XXI. **Espaço e Geografia**. Brasília: Instituto de Ciências Humanas/UnB, n.1, Jan.-Jun./2001, p. 7-24.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1989 (Col. Repensando a Geografia).

OLIVEIRA, E. M.; ALMEIDA, A. Sonhos, conflitos e contradições na luta pela terra Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia/MG – 1997-2003. Disponível em: [www.propp.ufu.br/revistaeletronica/edicao2005/humanas2005/sonhos.PDF](http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/edicao2005/humanas2005/sonhos.PDF). Acesso em 16/10/2008.

PRADO JÚNIOR. C. **A Questão Agrária no Brasil**. 5º ed. São Paulo: brasiliense, 2007

VEIGA. J. E. **O Que é Reforma Agrária**. São Paulo: brasiliense, 1990 (Coleção Primeiros Passos).

VALE; A.R.; LOURENÇO, A. R.; LUCAS, K. S. Projeto de extensão “Biblioteca Popular: Resgate Histórico e Espaço de Diálogos”. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9. São Paulo, 2009, pp. 1-18. Disponível em:

[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Vale\\_AR.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Vale_AR.pdf)

WANDERLEY .M.N.B. **Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira.**

In: WANDERLEY.M.N.B. et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 15-40.